

## **FÓRUM EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PERNAMBUCO: SUJEITO POLÍTICO NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

Karla Wanessa Carvalho de Almeida  
Fundação Joaquim Nabuco/UFRPE  
[wanessaDeus@hotmail.com](mailto:wanessaDeus@hotmail.com)

Patrícia Maria Uchôa Simões  
Fundação Joaquim Nabuco  
[patricia.simões@fundaj.gov.br](mailto:patricia.simões@fundaj.gov.br)

Juceli Bengert Lima  
Fundação Joaquim Nabuco  
[juceli.bengert@fundaj.gov.br](mailto:juceli.bengert@fundaj.gov.br)

Cibele Maria Lima Rodrigues  
Fundação Joaquim Nabuco  
[cibele.rodrigues@fundaj.gov.br](mailto:cibele.rodrigues@fundaj.gov.br)

### **INTRODUÇÃO**

As políticas destinadas às crianças de 0 a 6 anos passam a ser assunto prioritário para governos, organizações internacionais, movimentos sociais e outros sujeitos políticos, desde os anos 90. Nos últimos governos, as políticas de Educação Infantil, coadunam intenso esforço de se caracterizar uma identidade, que compreendesse o cuidado, a educação, tendo como eixos norteadores da proposta curricular as interações e a brincadeira. Contudo, esse processo foi permeado de complexas relações de forças e organizado sobre uma perspectiva de domínio hegemônico, onde o texto da política retrata em boa medida, as operações de poder, alianças e embates. Diante disso, os sentidos presentes nos textos dessas políticas tornam-se elementos chaves para a sedimentação de concepções e da ação pedagógica nas instituições educativas.

É nesse contexto de produção de políticas que tomamos o Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco, enquanto sujeito político. Nossa problemática consiste em pensar como o FEIPE tem preenchido o espaço de significação nos textos das políticas da infância na Educação Infantil. Nosso objetivo consiste em identificar ações de intervenção na política de Educação Infantil em Pernambuco, analisando as

articulações construídas pelo FEIPE com outros sujeitos políticos e seus instrumentos para afirmação de posições. Nessa direção, tomamos como referencial Laclau (2011, 2013), com as noções de sujeito político e posições de sujeito, discurso e prática articulatória. Recorremos a Gohn (2000) ao apresentar os Movimentos Sociais como ações coletivas de caráter sociopolítico.

Para Laclau (2011), o sujeito é dimensionado em uma estrutura discursiva pela sua posição (lutas políticas e suas formas de ação). Na produção de uma política, diversos sujeitos, fomentam a prática articulatória. Momento no qual, os sujeitos políticos, reservam-se de suas diferenças, e reagrupam-se em torno de um ponto nodal (comum a todos) (LACLAU, 2011). Os sentidos presentes no discurso do texto da política são antagonicamente disputados e refletem ambiguidades e deslocamentos, que comportam a raiz de uma produtividade política. Isso indica que as relações entre os sujeitos engajam iniciativas políticas comprometidas com os sentidos que se tornam hegemônicos em dado contexto conjectural, e que as lutas travadas pelos sentidos presentes nas políticas públicas têm produzido uma hibridização, que às vezes podem ser contraditórias.

Nesse pressuposto epistemológico, a investigação tem perspectiva qualitativa (MINAYO, 2004) e inclui metodologicamente a análise do discurso, que tomou como procedimentos de coletas a análise documental (relatórios e avaliações dos encontros de 2011 a 2016 do FEIPE), observações participantes das reuniões e entrevistas com membros do Conselho Gestor.

## **CONSTRUINDO POLÍTICAS**

O FEIPE foi instituído em agosto de 2000 como integrante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Tem preservando o nome de Fórum, mas atua como movimento social, desenvolvendo um processo sócio-político-cultural de discussão e reformulação das noções de poder e política (GOHN, 2000).

Enquanto sujeito político, pode ser caracterizado como prática articulatória, ou seja, realiza diálogos e convergem forças com outros sujeitos políticos envolvidos na construção da política de Educação Infantil em Pernambuco. Nesse contexto, negociam os sentidos que estarão presentes no texto da política, a partir de um ponto nodal, ou seja, uma perspectiva em comum pela qual estão dispostos a resguardar suas diferenças.

Com base nos relatórios e avaliações do FEIPE (2011 a 2017) identificamos os sujeitos políticos com os quais se articula: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; Rede Primeira Infância, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância, Fórum Estadual de Educação e Fórum Municipal de Recife. Articulações que lhe tem permitido realizar interlocuções na construção da política (esfera jurídica, política, social e econômica).

Estas alianças realizadas, por um lado, podem ser analisadas como alargamento de sua composição, que possui caráter plural e multifacetado, sendo integrado por distintos grupos políticos e culturais (professores, coordenadores, técnicos de secretarias municipais de educação, acadêmicos e intelectuais comprometidos a Educação Infantil de qualidade socialmente referenciada). Verificamos divergências e contradições (GOHN, 2000) em seu interior, que apareceram em temas discutidos, como no caso da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Por outro lado, podemos ver as alianças a partir da interligação, pelo ponto de convergência. Neste caso, corresponde a compreensão da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, direito subjetivo que deve ser vivenciado em espaços adequados e com práticas pedagógicas que respeitem as especificidades infantis e a diversidades existentes no Brasil.

Para além dessas articulações, nos últimos anos, o FEIPE participou de eventos importantes da agenda da Educação Infantil: Seminário de Educação Infantil Indígena e do Campo (2011); Encontro CAQi Educação Infantil do Campo (2011); Reunião da ANPED (2012); Seminário de Educação Infantil do Campo (2012); Encontro estadual MEC e Ministério Público de Pernambuco (2013); Conferência Estadual de Educação (2013); Seminário Internacional de Políticas Públicas do Mercosul (2013); Conferência Nacional de Educação (2014), Construção do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015); Dia Estadual do Brincar e lançamento do Guia de Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (2017); Audiência Pública para a BNCC (2017), Frente Parlamentar da Primeira Infância(2017). Entre suas atuações podemos destacar:

- acompanhar o debate nacional, participando dos encontros nacionais do MIEIB e trazendo os temas para as reuniões mensais do FEIPE;
- inserir suas perspectivas teóricas na discussão das práticas docentes, através de trocas de experiências.
- interiorizar o debate com a realização dos fóruns itinerantes.

- participar com representações de outros movimentos e, assim, ocupar espaços e dar visibilidade as suas bandeiras de luta.

Com a análise documental e a partir das entrevistas, podemos verificar uma gama temática pela qual o FEIPE tem incidências: corte etário de ingresso, indicadores de qualidade para avaliação de contexto, currículo, financiamento, inclusão, acompanhamento da Meta 1 do PNE, entre outras. Estas temáticas têm subjacente:

- a concepção de criança como ser de direitos,
- a Educação Infantil como direito da criança com o currículo, os espaços de convívios e as práticas pedagógicas tendo como foco a criança;
- o atendimento em instituições de educação infantil está no âmbito da educação e não da assistência;
- os profissionais de Educação Infantil devem ter formação específica, condições de trabalho adequadas e salário justo;

Na defesa constante desses elementos, utiliza-se de instrumentos para afirmar sua posição, dentre eles podemos identificar: cartas abertas destinadas a secretarias, a candidatos a cargos públicos, aulas públicas, posicionamentos em plenárias de audiências públicas (legislativo, judiciário, conselhos). O discurso presente nesses instrumentos carrega a identidade política do FEIPE.

## **CONCLUSÃO**

O FEIPE tem se apresentado como sujeito político importante nas construções das políticas de educação infantil em Pernambuco. No cenário sociopolítico, as interlocuções do FEIPE se dão nas fronteiras da infância, no sentido amplo, que abarca as amplitudes das especificidades de ser criança e da Educação Infantil, no sentido educativo (pública, gratuita, laica e emancipadora, com um currículo que conjuga o educar e o cuidar tendo a socialização e a brincadeira como eixos estruturantes do fazer pedagógico, contando com profissionais habilitados e em instituições regulamentadas em seus aspectos arquitetônicos garantindo, assim, a qualidade social.

## REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40 jan./jun. 2000.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **A razão Populista**; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MINAYO, Maria C. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.